

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL Ata da 116ª Reunião Ordinária da CT-RURAL - 07/04/2017- 09h00min. CATI COORDENADORIA - CAMPINAS-SP

MEMBROS PRESENTES	
Entidade	Representante
AFOCAPI	Ricardo Dias Pacheco (S)
ASSEMAE	Julio Cesar do Nascimento (S)
Associação Vale Verde	João Primo Baraldi (S)
CATI	Denis Herisson da Silva (T)
COPLACANA	Ricardo Dias Pacheco (S)
IAC	Isabella Clerici de Maria (T)
Pref. Mun. De Atibaia	Jorge Matsuda (S)
Pref. de Cosmópolis	Elano Marçal Torquato (T)
Pref. de Jaguariúna	Aline Granghelli Catão
Pref. de Jarinu	José Lelio de Moura (T)
Pref. Municipal de Limeira	Dirceu Brasil Vieira (T)
Pref. Nova Odessa	André Luiz Xavier de Macedo Barreto (T)
Rotary Club de São Pedro	José Fernando Campos Ricardo (T)
SAA	Denis Herisson da Silva (T)
SANASA	Julio Cesar do Nascimento (S)
SR de Campinas	Luis Fernando Amaral Binda (T)
SR de Jundiá	Luis Fernando Amaral Binda (T)
SR de Limeira	Nilton Piccin (T)

SR de Monte Mor	Luis Fernando Amaral Binda (S)
SR de Piracicaba	Ricardo Dias Pacheco (T)
SR de Rio Claro	João Primo Baraldi (T)
SR de Salto	João Primo Baraldi (S)
Terceira Via	Nelson Luiz Neves Barbosa (T)
UNICAMP	Arioaldo José da Silva (T)
CONVIDADOS	
Daniel P.S. Kramer	CATI EDR de Campinas
Aline Maria Leite de Moraes	Sala de Situação PCJ
José Humberto Freitas de Souza	Sindicato Rural de Amparo
Edmilson Tadeu Rodrigues	Sindicato Rural de Amparo
Kaique Barreto	Agencia PCJ

Pauta: A convocação da reunião e a pauta foram enviadas aos membros por meio de mensagem eletrônica no dia 29 de março de 2017. **Abertura da 116ª Reunião Ordinária:** O coordenador da CT-Rural, Sr. João Primo Baraldi abriu a reunião, agradeceu a presença de todos e solicitou a todos que se apresentassem. Após apresentação a palavra foi concedida ao Senhor Daniel Kramer, representando José Augusto Maiorano. Daniel fez uma breve apresentação da CATI e as conquistas do atual programa Microbacias II – Acesso ao Mercado, colocando a instituição à disposição da Câmara Técnica. João Baraldi agradeceu Daniel e concedeu a palavra para o secretário Denis Silva (SAA/SP) para apreciação da ata anterior. Denis informou que enviou a ata da 115ª reunião da CT rural por e-mail no dia 04 de março para os que os

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL Ata da 116ª Reunião Ordinária da CT-RURAL - 07/04/2017- 09h00min. CATI COORDENADORIA - CAMPINAS-SP

membros sugerissem correções. Não houve alterações propostas e o coordenador João Baraldi colocou em votação, sendo aprovada por unanimidade. A seguir a palavra foi concedida ao Sr. Edmilson Tadeu Rodrigues que fez críticas ao DAEE (Departamento de Águas e Energia Elétrica) pela demora na avaliação do processo de outorga e das exigências no monitoramento de vazões captadas com hidrômetros que devem ser adquiridas pelo produtor. Também indagou o que a câmara técnica faz pelo produtor rural, pois declarou que a câmara não faz nada à respeito. Com a palavra João Baraldi informou ao Sr. Edmilson, que a CT-RURAL já havia encaminhado uma demanda a respeito desse assunto envolvendo todos os produtores rurais no qual todas as discussões relativas as preocupações para o atendimento da Portaria 2292/2006 trabalho esse iniciado em 10/04/2016 antes da publicação da portaria que se deu no dia 19/04/2016, trabalho buscava aumentar o uso insignificante da água. Com a publicação o Grupo de Trabalho CT-RURAL e CT-OL iniciaram discussão para atendimento a portaria. Desse grupo saiu uma demanda (política) para que todos os produtores rurais pudessem atender a portaria e não individualmente casos pontuais como é o caso do produtor representado pelo Senhor Edmilson e o que Comitê PCJ não é fórum para esse tipo de discussão. Foram abordados todos os itens relevantes e que dificultavam a outorga para os produtores, inclusive foi solicitado um escalonamento para o cumprimento das obrigações por parte dos produtores rurais de tal forma a não serem multados por desobediência. O Coordenador informou que vai enviar a ATA desse encaminhamento ao Sindicato Rural de Amparo para conhecimento. Com relação o que a CT-Rural faz em prol do produtor rural, informou que as atas arquivadas no Comitê prova o trabalho que estamos executando. Ainda acredita que o Sindicato Rural de Amparo não participa da CT-Rural por isso desconhece o nosso trabalho. Denis Silva,

secretário, confirmou as palavras do Coordenador quanto às reclamações referente ao processo de outorga, informou que a câmara não é ouvidoria do DAEE e que esta câmara é um órgão técnico criado para assessorar os Comitês PCJ. Ainda informou que a CT Rural só ficou sabendo da portaria quando já publicada e que mesmo assim foi a primeira câmara a reunir um grupo para discutir uma integração e adequação dos procedimentos de medição de modo a ser efetivamente viável para os produtores rurais. Elano Marçal (Pref. de Cosmópolis) informou que a CATI emite a Declaração de Conformidade da Atividade Agropecuária em que o produtor assina que conhece toda a legislação relacionada. Com a palavra, o Coordenador disse que encaminhará o link eletrônico com as atas anteriores mostrando as discussões desta câmara e da proposta de reformulação desta portaria do DAEE. Luiz Amaral Binda (Sindicato Rural de Campinas) solicitou ao Coordenador que abrisse votação aprovando a recepção de tais reclamações e reivindicações que deverão ser encaminhadas por escrito à CT Rural que verificará, dentro das atribuições da câmara, as providências a serem tomadas. O Coordenador abriu a votação, sendo aprovada por unanimidade. A seguir o Coordenador informou que seria importante que o Sindicato Rural de Amparo participasse e conhecesse melhor a Câmara Técnica. A seguir o Coordenador informou que seria importante que o Sindicato Rural de Amparo participasse e conhecesse melhor a Câmara Técnica. Ato contínuo, o Senhor Coordenador informou a todos que encaminhou aos membros da CT-RURAL a retri-ratificação da portaria 1800/13 que atendeu a demanda (pedido de escalonamento), ou seja, ficando prorrogado o prazo para atendimento dos produtores até 31/12/2017 sem multa, para pedido de dispensa de outorga ou outorga declarados no "Ato Declaratório". A seguir a palavra foi concedida ao Sr. Luiz Amaral Binda, que disse que as reivindicações dos produtores presentes são importantes e são válidas e

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL Ata da 116ª Reunião Ordinária da CT-RURAL - 07/04/2017- 09h00min. CATI COORDENADORIA - CAMPINAS-SP

que o produtor precisa ser informado das discussões que estão ocorrendo no âmbito da CT Rural de modo a facilitar e desburocratizar a questão de outorga, atos declaratórios e medições de consumo etc. Nelson Barbosa (Terceira via) informa que, diante dessa burocratização com outorgas de uso de recursos hídricos, as Câmaras deveriam primeiramente se preocupar em algo mais efetivo como promover a produção de água na propriedade rural. O Coordenador informou que atualmente os Comitês PCJ estão investindo nesta atividade. Finalizada as discussões, João Baraldi concedeu a palavra ao Sr. Frederico de Almeida Lage Filho da USP que fez uma breve introdução sobre a utilização do ozônio em outros países. A seguir, Samy Menasce, da Brasil Ozônio, iniciou a palestra "Uso de nossa Tecnologia de Ozônio na Agricultura, na higienização de alimentos, no tratamento de águas de Poço Artesiano, Chuva e outros...". Dentre os principais pontos levantados, Samy destacou a segurança e eficiência do Ozônio no controle de microorganismos e na otimização de estações de tratamento de água e esgoto como processo complementar. Informou que a utilização do ozônio é antiga e amplamente utilizada na Europa e tem sido utilizada em tratamentos médicos inclusive. Dentre as aplicações na agricultura, a água ozonizada tem sido aplicada de forma efetiva no controle de carrapatos (criação de bovinos) e na aplicação em hortícolas reduzindo a quantidade de produtos fitossanitários, oferecendo maior segurança. Já no final da apresentação, Samy, mostrou diversas aplicações do ozônio consolidada em diversas empresas. João Baraldi agradeceu a palestra de Frederico de Almeida Lage Filho e Samy Menasce e encerrou a reunião agradecendo os membros que deixaram seus afazeres em suas instituições para apoiar e ajudar a CT Rural, desejando um bom retorno. Eu Denis Herisson da Silva, digitei a presente ata que será encaminhada por correio eletrônico a todos antes da próxima reunião.

Campinas, 04 de abril de 2017.

João Primo Baraldi
Coordenador da CT-Rural

Nilton Piccin
Coordenador-adjunto da CT-Rural

Denis Herisson da Silva
Secretário da CT-Rural